

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UM OBJETO DE MÚLTIPLAS FACETAS

SÔNIA MARIA SOARES DE OLIVEIRA

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UECE.

E-mail: soniasoares_bb@hotmail.com

ANTONIO IVANILO BEZERRA DE OLIVEIRA

Especialista em Metodologias do Ensino de História – UECE.

E-mail: ivanilobezerra@yahoo.com.br

O lugar do livro didático num mundo em transformação

Nos últimos anos tem havido uma multiplicação de materiais produzidos para serem utilizados nas escolas. Dentre os materiais que podem ter um uso didático e que são utilizados em nossas escolas nas aulas de várias disciplinas, incluindo a de História, podemos citar além do livro didático, filmes, excertos de periódicos da imprensa escrita como jornais e revistas, mapas, além de outros que se apresentam em suportes diferenciados dos tradicionais como é o caso dos que são baseados em vídeos e computadores.

Atualmente a concepção mais aceita parte do princípio de que os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição do conhecimento, assim como facilitam a apreensão de conceitos e informações específicos de cada disciplina.

Hoje em dia existe uma enorme diversidade de materiais didáticos que possuem importantes diferenças entre si e que podem ser divididos em dois tipos principais de acordo com o *Institut National de Recherche Pédagogique* (INRP) da França, quais sejam: os Suportes Informativos e os Documentos.

Os suportes informativos são produzidos com a intenção de comunicar elementos das disciplinas escolares. Nesse caso, incluem-se toda a série de publicações de livros didáticos e paradidáticos, atlas, dicionários, apostilas, além de produções em outros suportes como CDs, DVDs e materiais de computador (CD-ROMs,

jogos etc). Esses tipos de materiais didáticos estão ligados à indústria cultural e são produzidos especialmente para a escola.

Outro grupo de materiais didáticos é constituído pelos chamados documentos. Estes são todo um conjunto de signos, visuais ou textuais e que em algum momento passam a ser utilizados com finalidade didática. Entre eles estão os contos, lendas, filmes, documentários de televisão, músicas, poemas, pinturas, artigos de jornal ou revistas, leis, cartas, romances etc., que são produzidos para um público bastante amplo e que por intermédio do professor se transformam em materiais didáticos.

O livro didático, no entanto, ainda continua sendo o material mais utilizado no cotidiano escolar e constitui-se como referencial para professores, alunos e pais de alunos. Mesmo frente a uma diversidade de materiais que apresentam possibilidades de serem trabalhados didaticamente o livro didático permanece como personagem central no processo ensino aprendizagem em nossas escolas, sobretudo nas escolas da rede pública de ensino.

É verdade que hoje, com o desenvolvimento da tecnologia audiovisual e da informática, têm surgido novas formas de expressão e de difusão da cultura que se comunicam por meio de códigos de representação diferentes do texto, que não são impressos, e sim de natureza eletrônica, mas para o sistema escolar esses meios ainda não atingem o mesmo *status* e legitimidade do livro. (DIAZ, 2011, p 619.)

Isso se deve a alguns fatores, como a própria maneira como é estruturado o sistema escolar em nossa sociedade que muitas vezes não permite que se ponham em prática as várias possibilidades de se trabalhar com outros materiais, uma vez que as aulas são curtas e fragmentadas; além do contexto social e econômico em que a escola está inserida, refletindo-se em salas de aulas superlotadas e péssimas condições de trabalho em que os professores são obrigados a atuar. Outro fator ainda é a fragilidade da formação de alguns profissionais que não tem como trabalhar outros materiais

que exigem uma base de conhecimentos mais sólida, além da questão de que o livro didático materializa os currículos propostos pelo Estado, sendo então portador do conhecimento oficial e logo tem seu uso incentivado por essa instituição principalmente através de uma política de produção e distribuição.

Sendo assim, o livro didático há pelo menos dois séculos faz parte da tradição escolar, e ainda hoje permanece como principal referência e recurso utilizado nas aulas de nossas instituições escolares. Concordando com Bittencourt (2009, p.71): “O livro didático, no entanto, continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos, que apesar do preço consideram-no referencial básico para o estudo (...)”. Ressaltamos, ainda, o acesso hoje permitido ao universo de estudantes de escolas públicas brasileiras a este material didático via Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

O livro didático: dimensões e complexidade

O livro didático tem gerado polêmicas, alguns estudiosos e educadores o consideram o vilão e culpado pelas mazelas do ensino, enquanto outros o utilizam como portadores de uma verdade. De acordo com Munakata (2012) durante muito tempo prevaleceu a ideia de que o livro didático era o avesso da ciência, e que era necessariamente ruim, quando não, seria apenas uma espécie de “mula” para os professores. No campo da pesquisa tem sido objeto de estudo e análises sob várias abordagens e enfoques. Para Choppin (2004) nos últimos trinta anos o livro didático tem se constituído um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento em vários países do mundo. No entanto, para entendê-lo é preciso analisá-lo em todas as suas dimensões e complexidade.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que o livro didático é um produto da indústria cultural e sendo assim é uma mercadoria ligada à lógica do capitalismo. Assim sendo, em sua produção existem ainda muitas interferências, na sua construção atuam diversos

personagens, além do autor, editor, existem uma série de técnicos como programadores visuais, ilustradores, etc. Logo, “Façam o que fizerem, os autores não escrevem os livros, os livros não são de modo algum escritos. São manufaturados por escribas, e outros artesãos, por mecânicos, outros engenheiros e por impressores e outras máquinas” (CHARTIER, 1990, p.126).

Afora seu caráter de mercadoria presente desde sua produção até sua circulação e consumo, o livro didático também é portador de conteúdos escolares e das propostas curriculares de uma determinada época. Assim ele carrega os conhecimentos considerados necessários pela sociedade em determinado momento histórico. Logo o Estado interfere nos conteúdos veiculados por ele, interferindo, pois em sua produção. Dessa forma o livro didático sempre constituiu um meio de assegurar maior controle sobre as atividades escolares e conseqüentemente sobre o tipo de conhecimento construído e o tipo de cidadão que se visa formar. De acordo com Gasparello (1999, p.279): “o caráter central do livro didático nas práticas escolares indicam como esta presença sempre esteve associada a uma política e ao poder instituído durante toda a história educacional”.

Como a tradução dos programas de ensino, o livro didático também assume entre suas funções a de ser um veículo de ideologias. O livro escolar nesse contexto assume um papel político importante.

Sendo assim, o contexto histórico e conseqüentemente legislativo, regula e condiciona não somente a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático. E este por sua vez como afirma Diaz (2011, p.615) “não é um recurso asséptico ou neutro de posições ideológicas”.

A política do livro didático no Brasil: dos primeiros compêndios ao PNLD

No Brasil desde o Império, o livro didático foi motivo de debate e preocupação por parte das autoridades educacionais,

considerava-se que era necessário o fornecimento de compêndios oficiais às escolas como forma de evitar uma leitura de materiais não recomendados. As escolas sofriam então o veto e a censura de qualquer veículo de leitura, que não fosse oficial e tradicionalmente reconhecido.

Ao acompanhar a história do livro escolar no Brasil, percebe-se a insistência por parte dos legisladores sobre a necessidade de uniformização do ensino em nível nacional. Essa foi uma tendência da política educacional do Império e da República, e tinha como objetivo a uniformização do ensino que se materializava através do livro didático.

O livro didático, portanto sempre exigiu historicamente uma legislação que o normatizava, restringia, censurava, proibia. A trajetória para que os livros didáticos chegassem até as escolas brasileiras teve início em 1929, com a criação de um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL). Seu objetivo era contribuir para a legitimação do livro didático nacional e, conseqüentemente, auxiliar no aumento de sua produção.

Em 1934, no governo do presidente Getúlio Vargas, o INL recebeu suas primeiras atribuições. Em 1938 o livro didático entrou na pauta do governo quando foi instituída por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38 a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que estabelecia a primeira política de legislação para tratar da produção, do controle e da circulação dessas obras. Após questionamentos sobre a legitimidade desta comissão, em 1945 o Estado consolidou a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Em 1966 foi realizado um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) que permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED). Esta comissão tinha como objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. Em

relação a este acordo houve diversas críticas por parte de educadores brasileiros, pois ao MEC e ao SNEL (Sindicato Nacional de Editores de Livros) caberiam apenas responsabilidades de execução e aos órgãos técnicos da USAID todo o controle.

Em 1971 com a extinção da COLTED e o término do convênio MEC/USAID, o INL passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros. Cinco anos depois, em 1976, o INL foi extinto e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) tornou-se responsável pela execução do PLIDEF. Por meio do decreto nº 77.107, de 4/2/76 o governo iniciou a compra dos livros com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e com as contribuições dos estados.

As mudanças continuaram no ano de 1983 quando, em substituição à FENAME, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorporou vários programas de assistência do governo, incluindo o PLIDEF. Houve críticas a essa centralização da política assistencialista do governo e dentre as denúncias estavam a não distribuição dos livros didáticos nos prazos estabelecidos, a pressão política das editoras e o autoritarismo na escolha dos livros. Já nesta época propôs-se a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das demais séries do ensino fundamental.

O atual Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) veio substituir o PLIDEF em 1985, com a edição do decreto nº 91.542, de 19/8/85. Ele instituiu alterações significativas, especialmente nos seguintes pontos: garantia do critério de escolha do livro pelos professores, reutilização do livro por outros alunos em anos posteriores, tendo como consequência a eliminação do livro descartável; aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos extensão da oferta aos alunos de todas as séries

do ensino fundamental das escolas públicas e comunitárias; aquisição com recursos do governo federal, com o fim da participação financeira dos estados, com distribuição gratuita às escolas públicas.

O PNLD tem como foco a educação básica pública, incluindo as classes de alfabetização infantil e assegura a gratuidade dos livros. De acordo com o programa cada aluno tem direito a um exemplar das disciplinas componentes do currículo oficial de ensino que serão estudadas durante o ano letivo. Aos estudantes do primeiro ano é destinada também uma cartilha de alfabetização.

O processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, como é aplicado hoje, foi iniciado em 1996 e passou por vários aperfeiçoamentos. Atualmente a síntese da avaliação pedagógica pela qual passam os livros e as coleções distribuídas pelo Ministério da Educação é apresentada no Guia do Livro Didático, distribuído às escolas e também disponível *on-line*.

A escolha dos livros é feita pelos professores das escolas públicas de todo o país, por meio do Guia do Livro Didático, onde esses têm a oportunidade de escolher os livros de sua preferência para serem trabalhados pelo período de três anos, sendo que o livro escolhido só poderá ser substituído por outro título no próximo PNLD. São escolhidas duas opções de títulos por disciplina e, se a primeira não conseguir ser negociada com os detentores dos direitos autorais e editores, a segunda passa a valer. Além do PNLD, o governo federal executa outros dois programas relacionados ao livro didático para prover as escolas das redes federal, estadual e municipal e as entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado: o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) criado em 2004 e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) criado em 2007.

O PNLD faz parte da política educacional do Estado brasileiro e segundo Hofling (2010) pode ser considerado um programa de “dimensões gigantescas”. Corroborando esse argumento Bitencourt (2004) afirma ser o maior programa de distribuição de

livro didático do mundo. Ainda para Hofling a principal questão a ser levantada é a estreita relação entre Estado e grupos editoriais privados no planejamento e implementação dessa política pública de educação. Continuando sua análise a referida autora em sua tese de doutoramento (1993) aponta a acentuada centralização da participação de certos grupos editoriais na política do PNLD. O que nos leva a questionar até que ponto os interesses de grupos empresariais estão interferindo na política do livro didático no Brasil que como se sabe é um dos maiores mercados consumidores desse produto no mundo.

O Livro didático de História: uma análise de suas trajetórias

Os primeiros manuais didáticos de História produzidos no Brasil tiveram a influência da historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) essa instituição foi criada no século XIX nos moldes de uma academia como as que existiam na Europa e tinha entre outros o objetivo de escrever a história nacional pautada no patriotismo e civismo, essa história deveria criar uma identidade nacional e um passado homogêneo como forma de legitimar o regime monárquico. A produção historiográfica do IHGB enfatizava os aspectos político- institucionais e as ações do Estado através de seus representantes sendo, portanto, uma produção elitista, essa foi a história transposta para os livros didáticos, uma vez que os membros do Instituto que eram na verdade homens da elite intelectual e política nacional, foram os primeiros escritores dos compêndios didáticos utilizados em nossas escolas. Como assinala Bittencourt (2004, p.481):

Tais autores possuíam, portanto, estreitas ligações com o poder institucional responsável pela política educacional do Estado, não apenas porque eram obrigados a seguir os programas estabelecidos, mas porque estavam “no lugar” onde este mesmo saber era produzido.

Ainda como resultado da influência da tendência historiográfica descrita acima, no livro didático de história no Brasil, durante muito tempo predominou a presença de um grupo que se pode designar como tradicional, pois abordava a História em sua dimensão meramente informativa e não valorizava o conhecimento histórico em seu aspecto construtivo. Nesta perspectiva as narrativas são organizadas a partir de recortes já consagrados, as fontes históricas tem caráter mais ilustrativo e não são exploradas numa dimensão que aproxime o aluno daquilo que preside o procedimento histórico; nesse sentido, uma concepção de verdade pronta e irrefutável é predominante nessas obras. Em geral, as coleções que integram esse grupo mantêm coerência com a visão processual e evolutiva do tempo e das sociedades e não rompe com a quadripartição clássica de base eurocêntrica. Alguns temas sustentam-se em uma historiografia tradicional e apresentam-se de modo absolutamente recorrente e naturalizado em termos de explicação.

No entanto, com a renovação historiográfica ocorrida no Brasil, de forma mais intensiva nos anos de 1980 e a partir do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's no ano de 1999 pelo MEC e que pressupõem um ensino de história crítico, percebe-se que os livros didáticos de história têm assumido características mais ecléticas e renovadas, pois, apesar de alguns ainda manterem a narrativa com base nos recortes clássicos de conteúdos, as obras abrem-se de modo significativo e relevante para uma renovação historiográfica. Relativizam-se os paradigmas explicativos em relação às temáticas e às pesquisas específicas que vêm sendo objeto de debates historiográficos nas últimas décadas e, nesse sentido, a explicação histórica ofertada ao aluno, com raras exceções, já não mais se baseia em paradigmas que foram objeto de revisão no campo historiográfico.

E mesmo concordando que ainda existe enorme distância entre o que é proveniente da pesquisa acadêmica historiográfica e o que se veicula por meio do livro didático, não se pode negar o enor-

me avanço que se tem processado nos últimos anos nesse sentido. Portanto associado a uma historiografia renovada – que rompe com a perspectiva tradicional – incorpora-se na seleção de conteúdos não só aquilo que advém de uma renovação historiográfica como também os resultados das pesquisas contemporâneas na área dos estudos históricos.

Outra questão que se coloca ao se tratar do livro didático e nesse caso isso não se refere unicamente ao livro didático de História, é quanto à formação docente e a preparação para se trabalhar com tal objeto que por se tratar de “artefato” cultural complexo exige conhecimento teórico e metodológico para sua utilização e análise, nesse caso é sabido que os cursos de formação de professores, notadamente as licenciaturas, durante muito tempo negligenciaram tal aspecto e ainda hoje no presente contexto colocam essa questão de forma muito tímida em seus currículos. Nesse sentido, Timbó (2007) esclarece sobre a necessidade de um olhar sobre a formação do futuro licenciado em História, que segundo ela deve ter um momento concreto em sua formação inicial para vivenciar e discutir tal temática sob pena de que posteriormente não se encontre preparado para fazê-la em sua prática pedagógica. O que pode, inclusive, levar ao que a autora chama em sua tese de doutorado (2009) de “subutilização” do livro didático. Nessa mesma linha de pensamento Fonseca (2011) chama atenção para o fato de que o livro didático é uma fonte histórica e como todas as outras demandam inúmeros questionamentos e problematizações necessitando para tanto de que o profissional tenha uma formação teórico – metodológica consistente, o que deve pois advir não só da formação inicial mas também de futuras formações continuadas.

Conclusão

Em um contexto histórico marcado por inovações tecnológicas onde há cada vez mais a difusão de variados materiais que

podem ser utilizados como recursos didáticos e que são a cada dia incorporados no ensino das várias disciplinas escolares, o livro didático que faz parte há pelo menos dois séculos do nosso cenário educacional, não perdeu sua validade e continua sendo o recurso mais utilizado por professores e alunos em sala de aula. Considerado durante muito tempo como um vilão por carregar ideologias ou mesmo o primo pobre da literatura científica, muleta de professores mal preparados, o livro didático é um objeto de múltiplas faces. Como objeto de pesquisa tem sido analisado nos últimos anos sob os mais variados aspectos, desde depositário da ideologia do Estado até às práticas de leitura e apropriação que dele se pode fazer.

Acreditamos diante do que foi exposto que o livro didático não deve ser “taxado” de “bom” ou “mau”, seria essa uma análise simplista e simplória. Entendemos que se trata de objeto complexo situado historicamente e imbrincado em diferentes relações com a realidade sendo, portanto, necessária uma análise que parta de referenciais teóricos e metodológicos que contemplem tal complexidade. Somente a partir desse pressuposto poderemos chegar a um entendimento mais aproximado do que seja tal objeto e das múltiplas possibilidades de sua utilização.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe M. F (org). **Livros didáticos entre textos e imagens. O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Loyola, 2009.

_____. Autores e editores de compêndios e livros de leitura(1810 – 1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** Disponível em: <http://search.scielo.org/?q>

=Historiadoslivrosedasedicoesdidaticas&where.org. Acesso em: 18 fev. 2010.

DÌAZ, Omar Rolando Turra. A Atualidade do Livro Didático como Recurso Curricular. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 34, p. 609-624, set./dez. 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 12ª ed. Campinas: Papirus, 2011.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **A produção de um saber escolar: a história e o livro didático**. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAI-NELLE, Marlene Rosa (org) **III ENCONTROS: Perspectivas do Ensino de História**, Curitiba: aos Quatros Ventos, 1999, p. 276-284.

HÖFLING, E.M. “A FAE e a execução da política educacional”. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 70, Abril/2010.

MUNAKATA, Kazumi. O Livro Didático como Mercadoria. **Pro-Posições**,v.23,n.3,p.51-66,set/dez. 2012.

TIMBÓ, Isaíde Bandeira. O livro didático de história e a formação docente: uma reflexão necessária. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de e STAMATTO, Maria Inês Sucupira (orgs.) **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007.

_____. **O Livro didático de História: um caleidoscópio de escolhas e usos no cotidiano escolar**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.